

EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM DIÁLOGO COM OS PRINCÍPIOS POLÍTICO PEDAGÓGICOS DE PAULO FREIRE: UM ATO POLÍTICO

CECCON, SHEILA

RESUMO

Este artigo estabelece relações entre os princípios filosóficos, políticos e pedagógicos de Paulo Freire, registrados em alguns livros do autor publicados em diferentes momentos de sua vida, e a educação ambiental crítica, na perspectiva do exercício da cidadania. Na sequência promove reflexões sobre a incidência política das práticas educativas.

PALAVRAS CHAVE

Pedagogia freiriana. Educação ambiental crítica. Exercício de cidadania.

ABSTRACT

This article establishes relationships between Paulo Freire's philosophical, political and pedagogical principles, recorded in some of the author's books published at different times in his life, and critical environmental education, from the perspective of exercising citizenship. Following, reflections are promoted on the political impact of educational practices.

KEYWORDS

Freirean pedagogy. Critical environmental education. Exercise of citizenship.

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA E O LEGADO DE PAULO FREIRE

Paulo Freire não dedicou nenhuma de suas obras explicitamente à educação ambiental, entretanto, não são poucas as contribuições que encontramos em seus escritos relacionadas à educação ambiental crítica, politizadora e comprometida com a transformação das pessoas e do mundo. Sua obra traz princípios filosóficos, políticos e pedagógicos que fortalecem a importância da formação de sujeitos que valorizam a vida, em todas as suas formas, e que respeitam a si mesmos, aos outros e ao mundo. Cidadãos/ãs cujas práticas diárias são intencionais, impregnadas de sentido, que percebem a inter-relação existente entre as atitudes individuais e os impactos socioambientais locais, regionais e planetários. Pessoas que não se contentam em agir individualmente de forma responsável, mas ocupam os espaços de participação social buscando contribuir para a transformação de atitudes de tantos outros sujeitos. Homens e mulheres que exercem ativamente sua cidadania, acreditando na possibilidade de transformar a realidade tornando-a mais justa e mais feliz.

A importância da formação desses sujeitos, que se posicionam frente a realidade não se deixando enredar pela massificação de comportamentos tão comum em nossa sociedade, que nos faz abrir mão do direito a decidir o que queremos ser ou fazer, foi explicitada por Paulo Freire já na década de 1960, em seu livro “Educação como Prática da Liberdade”. Nele, Freire dizia que uma das grandes, se não a maior, tragédia do homem moderno, está em que é hoje dominado pela força dos mitos e comandado pela publicidade organizada, ideológica ou não, e por isso vem renunciando cada vez mais, sem o saber, à sua capacidade de decidir. (FREIRE, 1967 p. 51)

Cinco décadas depois, seguimos esgotando elementos da natureza e contribuindo para o aviltamento das relações trabalhistas por meio da competição acirrada entre produtos com origens geográficas das mais variadas e contextos políticos e socioeconômicos absolutamente diferentes. Consumir é o lema. A obsolescência programada é um fato com o qual convivemos passivamente, ou seja, produtos têm sua vida útil intencionalmente curta, para que novos modelos sejam adquiridos. Como resultado temos o esgotamento de recursos naturais sendo acelerado, solos, água e ar sendo contaminados mais rapidamente, depósitos de rejeitos se multiplicam, uma grande parcela da população se endivida e, em contrapartida, uma minoria torna-se cada vez mais rica.

Temos renunciado à nossa capacidade de decidir, embalados pela força dos mitos e comandados pela publicidade organizada, sem que nos perguntemos a favor de que e de quem estão esses valores. Temos nos deixado “expulsar da órbita das decisões”, como escreveu Paulo Freire no mesmo livro. Segundo ele,

(...) as tarefas de seu tempo não são captadas pelo homem simples, mas a ele apresentadas por uma elite que as interpreta e lhas entrega em forma de receita, de prescrição a ser seguida. E quando julga que se salva seguindo

prescrições, afoga-se no anonimato nivelador da massificação, sem esperança e sem fé, domesticado e acomodado: já não é sujeito. (FREIRE, 1967 p. 51)

Problematizar a realidade buscando compreendê-la, posicionar-se em relação a ela e repensar valores e atitudes, é uma ação educativa de fundamental importância, em todos os contextos. É uma prática que forma “cidadãos”. Compreender a realidade e construir possibilidades de nela intervir torna vivo o conhecimento, escolar ou não, e mobiliza, engaja, fortalece o hábito de buscar construir novas realidades frente aos desafios encontrados.

Na década de 1970, em seu livro “Pedagogia do Oprimido”, Paulo Freire escreveu que quanto mais os educandos problematizam a realidade, como seres no mundo e com o mundo, tanto mais se sentem desafiados. E quanto mais desafiados, mais se sentem obrigados a responder ao desafio. Afirma que

(...) desafiados, compreendem o desafio na própria ação de captá-lo. Mas, precisamente porque captam o desafio como um problema em suas conexões com outros, num plano de totalidade e não como algo petrificado, a compreensão resultante tende a tornar-se crescentemente crítica, por isto, cada vez mais desalienada. (FREIRE, 1970, pg. 70)

Formar sujeitos comprometidos com a preservação da vida, que percebem a humanidade como uma grande família integrada ao planeta Terra e sentem-se responsáveis por agir no sentido de tornar o mundo um lugar melhor, não é algo simples, possível de ser conquistado seguindo o “passo a passo” de livros, sem que as especificidades de territórios e comunidades sejam consideradas. É preciso ler o mundo mais próximo, identificar potencialidades e desafios, compreendê-los e, em uma estreita relação entre escola e vida, livros e mundo, construir coletivamente possibilidades de intervenção. Segundo Freire, a educação como prática da liberdade, ao contrário daquela que é prática da dominação, implica a negação do homem abstrato, isolado, solto, desligado do mundo, assim como também a negação do mundo como uma realidade ausente de homens. A reflexão que esta educação propõe, é sobre os homens e sua relação com o mundo. (FREIRE, 1970, pg. 70)

No livro “Pedagogia da Indignação”, publicado pouco tempo após a sua morte, Freire faz um apelo:

Urge que assumamos o dever de lutar pelos princípios éticos mais fundamentais como do respeito à vida dos seres humanos, à vida dos outros animais, à vida dos pássaros, à vida dos rios e das florestas. Não creio na amorosidade entre homens e mulheres, se não nos tornamos capazes de amar o mundo. A ecologia ganha uma importância fundamental neste fim de século. Ela tem de estar presente em qualquer prática educativa de caráter radical, crítico ou libertador. (FREIRE, 2000, p 67)

As injustiças sociais e os crimes ambientais praticados recorrentemente não

podem ser motivo de desânimo, mas de desafio. Desafiados devemos seguir, juntos/as, construindo estratégias para transformar a realidade.

A importância da problematização da vida cotidiana e da construção do conhecimento a partir dos saberes que dela fazem parte, já estava registrado no livro “Cartas a Cristina”, publicado em 1995. Nele, Paulo Freire argumentava a favor do reconhecimento dos saberes produzidos no dia a dia das classes sociais:

O que vem ocorrendo é que, de modo geral, a escola autoritária e elitista que aí está não leva em consideração, na organização curricular e na maneira como trata os conteúdos programáticos, os saberes que vêm se gerando na cotidianidade dramática das classes sociais submetidas e exploradas. Passa-se por muito longe do fato de que as condições difíceis, por mais esmagadoras que sejam, geram nos e nas que as vivem saberes sem os quais não lhes seria possível sobreviver. (...) Saberes que, em última análise, são expressões de sua resistência. Estou convencido de que as dificuldades referidas diminuiriam se a escola levasse em consideração a cultura dos oprimidos, sua linguagem, sua forma de fazer contas, seu saber fragmentário do mundo de onde afinal transitariam até o saber mais sistematizado, que cabe à escola trabalhar. (FREIRE, 1995, p.35)

Quase tudo o que o ser humano vive é realização de seu fazer, de seu trabalho. É uma construção cultural na sociedade. E é, assim como a história, transitório e transformável. Assim, as diferentes expressões e dimensões das “culturas populares” não devem ser apenas “levadas em conta” como fragmentos folclóricos de modos de ser, pensar, viver e agir populares, mas devem ser **assumidas como a substância social que fundamenta nossa proposta de educação.** (BRANDÃO, 2008, in PADILHA et al, 2011)

A EDUCAÇÃO É UM ATO POLÍTICO: HAVENDO INTENCIONALIDADE OU NÃO

Uma reflexão a qual não podemos nos furtar, enquanto educadores/as comprometidos com a transformação social, diz respeito ao impacto provocado por nossas práticas educativas. Elas têm contribuído para a perpetuação ou para a transformação da realidade atual?

Responder a essa pergunta implica assumir posições, explicitar princípios políticos e pedagógicos, refletir sobre o sentido do nosso fazer educativo. E, vale destacar, as diferentes posições assumidas têm a ver com o lugar de onde falamos, com “o chão onde pisamos”, com o lugar em que nos posicionamos para mirar a mesma realidade.

Paulo Freire nunca se resignou à realidade, não a aceitou como algo dado. Pelo contrário, defendeu a busca do inédito viável, do sonho possível que jamais pode desaparecer da linha do horizonte. Para Paulo Freire a história está sempre encharcada de possibilidades. São as ações humanas que fazem a história e a permanente

incompletude dos seres humanos são a base para a busca constante por “ser mais”.

Uma educação que constrói a compreensão de que a realidade pode ser outra, de que o mundo pode ser melhor, de que a história não é algo dado, mas construído por cada um de nós, cotidianamente, e que estamos e estaremos todos e todas em permanente processo de formação, é uma educação transformadora, libertadora. Que “anima”, dá alma à caminhada.

Entretanto, vivemos tempos onde o pensamento utópico vem perdendo espaço. Onde o fatalismo vem se sobrepondo aos sonhos. As necessidades imediatas do cotidiano teimam em tentar sufocar a busca por alternativas, em ofuscar a visão, reduzir esperanças. Tendemos a seguir as orientações e os projetos político pedagógicos que nos são apresentados evitando maiores questionamentos. Muitas vezes, poupamos a energia que seria dispensada em enfrentamentos e acabamos permitindo que ela seja sugada por nossas frustrações. Precisamos recuperar nossos sonhos de um mundo melhor, mais justo, mais feliz. Da mesma forma, precisamos conhecer os sujeitos com os quais compartilhamos o processo de ensino-aprendizagem.

Em geral, concordamos com a afirmação de que os currículos devem dialogar com os/as estudantes e seus mundos, suas realidades. Mas, sabemos quais os sonhos dos/as estudantes com os/as quais convivemos? Quais saberes trazem consigo? Qual sua cultura, sua história? Que mundo gostariam de viver e como se dispõem a construí-lo? Responder a essas questões exige o olhar sensível e a escuta atenta. Cada um/a traz em si um mundo de possibilidades de abordagem de conteúdos impregnados de sentido, um mundo de possibilidades de práticas educativas provocadoras da curiosidade, despertadoras do interesse de mais conhecimento, de mais desafios, de engajamento.

Paulo Freire escreveu que “ninguém chega a parte alguma só”, trazemos junto conosco nossa história:

Carregamos conosco a memória de muitas tramas, o corpo molhado de nossa história, de nossa cultura; a memória, às vezes difusa, às vezes nítida, clara, de ruas de infância, da adolescência; a lembrança de algo distante que, de repente, se destaca límpido diante de nós, um gesto tímido, a mão que se apertou, o sorriso que se perdeu num tempo de incompreensões, uma frase, uma pura frase provavelmente já olvidada por quem disse (Freire, 2011, p.45)

Uma educação comprometida com a formação de pessoas éticas, críticas, criativas e participativas, engajadas na construção de uma sociedade mais justa e mais responsável social e ambientalmente, não pode desconsiderar as histórias dos/as estudantes, suas culturas, suas memórias e seus sonhos. Nesse sentido, os conteúdos abordados precisam partir da realidade concreta dos sujeitos com quem estamos compartilhando a experiência educativa. Mas não basta apenas constatar os fatos, é preciso abordá-los criticamente, problematizá-los. É preciso partir da realidade, considerá-la, compreendê-la e construir possibilidades de incidência

coletiva no sentido de torná-la melhor. Nessa perspectiva, o começo da vida escolar das crianças, assim como o começo ou recomeço da vivência escolar de jovens ou adultos, pode proporcionar experiências com “gostos” e “cores” bem distintos.

Paulo Freire nos fez compreender que a primeira aproximação que fazemos com o mundo é espontânea, não crítica, se dá numa perspectiva ingênua. Estar conscientizado, entretanto, implica que essa esfera espontânea de apreensão da realidade dê lugar a uma apreensão crítica. Quanto mais nos conscientizamos mais vamos desvelando a realidade, vamos analisando-a, descobrindo nuances percebidos a partir de nossos próprios valores, experiências e repertório. Pouco a pouco, passo a passo, começamos a olhar mais autonomamente para o mundo, não mais ingenuamente, não mais sobre “lentes” alheias. Mas esse processo de transformação não se dá por mágica. Requer intencionalidade pedagógica, identificação de oportunidades e elaboração de atividades que promovam evolução nesse sentido. A conscientização não se dá sem que exista um processo autêntico de ação e reflexão. Por isso a afirmação anterior de que não basta observar a realidade, constatar os fatos. É preciso construir a convicção de que é possível transformar a realidade - para melhor- e que guardamos, em cada um/a de nós, o potencial necessário para isso.

Em um seminário realizado na Itália, em 1970, Paulo Freire disse que por ser uma forma de inserção crítica na história, a conscientização implica que os homens assumam o papel de sujeitos que fazem e refazem o mundo. Ela exige que os homens criem a própria existência com o material que a vida lhes oferece. (Seminário de Paulo Freire sobre “A conscientização e a alfabetização de adultos”, Roma, 17 a 19 de abril de 1970)

O quanto temos considerado a possibilidade dos/as nossos/as alunos/as “*fazerem e refazerem o mundo*” nos planejamentos que elaboramos, nos diferentes espaços educativos nos quais atuamos?

Não são poucas as experiências educativas já registradas que nos levam a repensar os lugares e os tempos de ensinar e aprender, assim como o sentido dos currículos, tanto os explícitos como os ocultos. Muitas escolas foram transformadas porque decidiram que a realidade da comunidade seria o ponto de partida e o ponto de chegada da sua ação educativa. Nesse processo, ampliaram olhares, descobriram lugares e tempos onde crianças e jovens aprendem e ensinam. Partiram do território onde as escolas estavam inseridas, buscando conhecê-lo, e “chegaram” a ele no sentido de contribuir para a sua transformação.

Entretanto, mundo a fora, vivemos um movimento no sentido oposto. Prega-se o acúmulo de informações previamente selecionadas para atingir objetivos sempre no horizonte. Estuda-se para conquistar transformações futuras, em geral numa perspectiva individualista, enquanto a vida e a sociedade atuais permanecem veladas, “intocadas”. Não há intenção de que o conhecimento construído na escola incida na realidade vivida pelos/as estudantes. Escola e vida seguem caminhos paralelos.

Mas quem decide o que “entra” ou não nos currículos?

E qual a intencionalidade política dessas decisões, dessas escolhas?

Muitas vezes a ausência de compromisso social observada nos currículos

reveste-se da argumentação de que escola não é lugar de política. Nesse sentido, é pertinente recuperar um trecho de Paulo Freire no livro *Pedagogia da Esperança*:

Não há nem jamais houve prática educativa em espaço-tempo nenhum de tal maneira neutra, comprometida apenas com ideias preponderantemente abstratas e intocáveis. Insistir nisso e convencer ou tentar convencer os incautos de que essa é a verdade é uma prática política indiscutível com que se pretende amaciar a possível rebeldia dos injustiçados. Tão política quanto a outra, a que não esconde, pelo contrário, proclama, sua politicidade. (Freire, 2011, p.108)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não há como dissociar educação e política. Os conteúdos curriculares, de todas as áreas de conhecimento, não podem seguir sendo apresentados como se seu sentido se encerrasse em si mesmo. Educar é mais do que isso. Nosso compromisso com a formação das crianças, jovens e adultos com os/as quais convivemos cotidianamente pode ser bem maior do que isso. Sabemos disso, mas nem sempre agimos coerentemente com o que pensamos. A coerência é e será sempre um imenso desafio.

Uma das inúmeras possibilidades de estreitar laços entre o conteúdo de diferentes disciplinas e o mundo vivido pelos/as nossos/as alunos/as, favorecendo o exercício de cidadania ativa, é por meio da educação ambiental. Motivar o levantamento de informações sobre as questões ambientais é uma excelente oportunidade de estabelecer estreita relação entre “o texto e o contexto”, na perspectiva da transformação da percepção ingênua para a apreensão crítica.

Qual a situação do município, do país ou do mundo hoje, na perspectiva do meio ambiente? Que ações provocaram as condições atuais do ar, dos solos, das florestas, das águas, das cidades e das pessoas que vivem em todos esses espaços? Que políticas públicas poderiam dar conta de soluções em larga escala? Por que será que não foram tomadas? Quais os espaços de participação social onde podemos incidir na construção e monitoramento de políticas públicas? São perguntas que, havendo intenção, podem promover a abordagem e a vivência de conteúdos curriculares que efetivamente dialogam com a realidade concreta dos sujeitos envolvidos no processo educativo – todos eles, sejam estudantes ou educadores, familiares ou gestores. “Olhar” atentamente para as questões ambientais, problematizá-las, compreendê-las e construir possibilidades de incidência coletiva no sentido de buscar soluções, é uma excelente oportunidade de vivenciar processos educativos que contribuem para a formação de cidadãos/ãs éticos, criativos, críticos e participativos, comprometidos com o bem comum, com compromisso social.

É inegável o papel desempenhado pela educação na manutenção ou na transformação das sociedades. Podemos decidir seguir em frente, anestesiados pelo dia a dia, alheios a isso. Mas também podemos rever nosso fazer educativo e identificar possibilidades de transformá-lo.

Concluo com Paulo Freire quando afirmou que:

O ensino da leitura e da escrita da palavra a que falte o exercício crítico da leitura e da releitura do mundo é, científica, política e pedagogicamente, capenga. Há risco de influenciar alunos? Não é possível viver, muito menos existir, sem riscos. O fundamental é nos prepararmos para corrê-los bem. (Freire, 2011, p.109)

REFERÊNCIAS

- BOFF, Leonardo, 1999. **Saber cuidar: ética do humano, compaixão pela terra.** Petrópolis: Vozes.
- FREIRE, Paulo (1989). **A importância do ato de ler.** São Paulo: Cortez.
- _____ (1995). **Cartas a Cristina.** Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____ (1967). **Educação como Prática da Liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____ (1996). **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra.
- _____ (1992). **Pedagogia da Esperança.** Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____ (1970). **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____ (2000). **Pedagogia da Indignação:** Cartas Pedagógicas e outros escritos. São Paulo: UNESP.
- GADOTTI, Moacir, 2002. **Pedagogia da Terra.** São Paulo: Instituto Paulo Freire
- GADOTTI, Moacir, 2009. **Educar para a sustentabilidade:** uma contribuição à Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável. São Paulo: Instituto Paulo Freire.
- GADOTTI, Moacir, 2010. **A Carta da Terra na Educação.** São Paulo: Instituto Paulo Freire
- GUTTIÉRREZ, Francisco e PRADO, Cruz, 1998. **Ecopedagogia e cidadania planetária.** São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire.
- LOVELOCK, James, 1987. **Gaia:** um novo olhar sobre a vida na Terra. Lisboa: Edições 70.
- PADILHA, Paulo Roberto et al (2011). **Educação para a Cidadania Planetária.** São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire
- SANTOS, Milton, 2000. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** São Paulo, Record.

Sheila Ceccon é Engenheira agrônoma, especialista em Horticultura pela Universidade de Pisa-Itália, mestre em Ensino e História de Ciências da Terra, pelo Instituto de Geociências da UNICAMP. Atua na área de meio ambiente e educação. No Instituto Paulo Freire, desde março de 2010, coordena a UniFreire, é responsável pela dimensão socioambiental de projetos e assessorias e representa a instituição no Movimento de Educação Popular da América Latina e Caribe (CEAAL) e nos Conselhos Internacionais do Fórum Social Mundial e do Fórum Mundial de Educação. Contato: sheila.ceccon@paulofreire.org.